



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA  
DO PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No décimo nono dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Josias Higino. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Fernando Carneiro aludiu aos ataques de um vereador de Ananindeua ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará - Sintepp de Ananindeua criticando os dirigentes sindicais por encaminharem as pautas da categoria, dizendo que são liberados para fazer política sindical. Lembrou que essa liberação das atividades profissionais para a atuação sindical está amparada na legislação, sendo um direito conquistado pelos trabalhadores. Solidarizou-se à coordenadora do Sintepp de Ananindeua, Andrea Salustiano, caracterizando-a como mãe, feminista, íntegra, com participação ativa na vida política do município e de sua categoria profissional. Agradeceu depois à secretária Ivanise Gasparim, titular da Secretaria Municipal de Saneamento – Sesan, por atender um pedido da população do Tapanã iniciando, no dia anterior, uma operação tapa buraco na Rua Beta. Expressou a convicção de que seria realizada nesta gestão municipal a macrodrenagem da Bacia do Mata Fome, sem a qual seria impossível resolver os problemas estruturais do Bairro do Tapanã. Reportou-se posteriormente à pesquisa eleitoral, recentemente divulgada, em que seu nome aparece em terceiro lugar, quase tecnicamente empatado com o segundo, e Hélder Barbalho aparece com larga vantagem na disputa pelo governo do Pará. Defendeu o direito democrático de concorrer e apresentar novas propostas, expressando que o PSOL tem um projeto para o desenvolvimento do estado radicalmente diferente daquele implantado pelo governo tucano e do que estava sendo realizado na atual gestão. O Pará é um estado muito rico e encontrava-se atualmente em condição financeira invejável, obtendo recordes de arrecadação fiscal, devido em parte ao aumento do preço dos combustíveis, e recebendo recursos advindos da desoneração da Lei Kandir, descreveu. A desoneração da Lei Kandir propiciava ao estado receber anualmente milhões de reais em *royalties* relativos à exportação de minério de ferro, quesito em que o Pará já ultrapassou Minas Gerais, explicou. O estado tinha condições agora de tirar sua população da miséria, assegurou, sendo necessário mudar o modelo de desenvolvimento, sem sacrificar a natureza e as comunidades tradicionais. A luta pela terra não pode ser criminalizada, como ainda é hoje, postulou, lamentando que o Pará ainda fosse um dos estados com mais mortes em conflitos agrários. A parceria entre o governo estadual e a Prefeitura Municipal de Belém - PMB se dava dentro da ordem republicana, sem imposições, avaliou, e o governador Hélder Barbalho fazia a reparação de anos e anos de abandono de nossa capital, sendo importante manter essa relação. O PSOL respeitava todas as posições políticas, crescera apresentando suas propostas de forma ousada e dessa forma ganhara a eleição para prefeito de Belém, estipulou. Com a disputa eleitoral ao governo do estado, divulgou, tencionava-se levar o programa do partido à população paraense, classificando-o como ecossocialista, pois colocava o homem, a mulher e a natureza em primeiro lugar. Lançar candidatura própria e difundir o programa é um direito do PSOL e faz bem à democracia, pois significa apresentar novas alternativas, ponderou. Disse ter ficado muito feliz com o resultado da pesquisa, avaliando que poderiam crescer ainda mais, de modo que o PSOL se fortalecesse, tornando-se uma referência no estado. O partido não nasceu para apenas disputar eleições, atestou, pois estava profundamente ligado aos movimentos sociais, não havendo uma luta política em nossa cidade, no estado ou no país sem a presença dos militantes do PSOL. Não achavam que as eleições pudessem resolver todos os problemas da sociedade, explicitou, mas elas faziam parte da solução, constituindo um momento importante para a apresentação de um projeto político. Durante este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Augusto Santos. Matheus

Cavalcante referiu ser este um ano eleitoral em que se apresentavam dois projetos distintos para o país, com os quais não tinha afinidade, tendo maior rejeição, porém, ao Partido dos Trabalhadores. Lamentou a não efetivação de uma terceira via, com o malogro da candidatura de Sérgio Moro à presidência da República. Via-se então um crescimento cada vez maior da candidatura de Jair Bolsonaro, acreditou, declarando que o apoiaria. O governo Bolsonaro pouco fez, reconheceu, não realizando reformas ou mudanças estruturantes, não fez a Reforma Tributária e a Reforma Administrativa, não cumpriu a agenda de privatizações, não quebrou monopólios, não renegociou a dívida pública, não fomentou investimentos e empreendedorismo, não deu apoio a quem quer produzir no país. Culpou, entretanto, o governo anterior do Partido dos Trabalhadores, afirmando que fizera muito mal ao país e aos trabalhadores, sendo o quadro atual consequência disso. O candidato do PT à Presidência da República tinha a maior rejeição do eleitorado e, assim, indiretamente fazia campanha para o concorrente, tal como ocorrera na eleição anterior, quando o antipetismo elegeu Jair Bolsonaro, cogitou. Os danos à nação foram grandes nos mandatos de Lula e, sobretudo, na gestão de Dilma Rousseff, supôs. Os paraenses sentiram um pouco desse desgoverno petista quando Ana Júlia Carepa assumiu a gestão estadual, tendo um desempenho tão ruim que nem mesmo o PT apoiou sua candidatura à reeleição, lucubrou. Julgou depois que os alagamentos em nossa capital haviam piorado muito, atingindo locais onde anteriormente não ocorriam. Acusou a atual gestão municipal de não realizar obras estruturantes e também não cumprir com ações básicas para evitar as inundações. Previu, porém, que em pouco tempo, com o apoio da iniciativa privada, graças ao novo Marco do Saneamento aprovado no Congresso Nacional, o problema do saneamento em nossa cidade seria resolvido. Apontou em seguida estar ocorrendo a precarização do sistema municipal de saúde devido à redução do quadro de diretores, tanto nas UPAs quanto nos HPSMs. Criou-se nas unidades municipais de saúde de Belém o limite de dez plantões médicos por mês, mas isso não ocorria em todas as capitais, pois na maioria delas os plantões são livres, afirmou. Tal fato se dava porque as condições de trabalho nas redes municipais eram geralmente muito piores do que na rede privada, fazendo com que os médicos preferissem atuar em instituições privadas mesmo tendo remuneração menor, alegou. Em nosso município, havia o risco de ficarmos sem médico plantonistas nas unidades municipais devido às péssimas condições de trabalho, ajuizou, faltando mesmo medicamentos básicos como dipirona e itens como gaze. Prescreveu, ao final, que a reforma do Mercado de São Brás e de outros logradouros de Belém deveria ser feita com recursos da iniciativa privada, através de parcerias, sem empenhar nisso as escassas verbas públicas. Fábio Souza mencionou os constantes problemas provocados por motoqueiros no trânsito de Belém, cometendo várias infrações e, muitas vezes, cobrindo a placa da motocicleta para evitar multas. Pede à Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – Semob que, em conjunto com o Departamento de Trânsito do Estado Pará – Detran-PA, a Polícia Militar do Pará – PMPA e a Guarda Municipal de Belém – GMB, tomasse providências urgentes para coibir essas transgressões. A maioria dos entregadores de *fast food* não seguia regra alguma de trânsito, testificou. O trânsito de Belém deve ser fiscalizado com mais rigor pela Semob, indicou, observando que a maioria dos acidentados ocupava um leito de hospital por quase sete meses, tirando a vaga de outra pessoa no sistema de saúde. Havia um grande aumento no número de acidentes envolvendo motocicletas nos últimos três anos, mas a maior parte deles decorria de infrações gravíssimas cometidas pelos motoqueiros, certificou. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco PP – Podemos – Pros, Emerson Sampaio revelou ter sido criticado por solicitar à secretária Ivanise Gasparim informações sobre a empresa coletora de lixo em Belém, a Belém Ambiental. Gostaria de saber o valor do contrato dessa empresa com a Sesan e o número de carros coletores prestando o serviço nas ruas da cidade, pois se tornara impossível não se indignar com a quantidade de lixo existente nas vias de nossa capital, externou. Contou ter conversado com a secretária Ivanise Gasparim, que lhe repassara todos os problemas da Belém Ambiental. A empresa prestava serviço ao município de Belém desde 2010, ainda na gestão de Duciomar Costa, recordou, parecendo ser intocável, possuindo aliados fortes. Não deixaria de denunciar os problemas e mazelas existentes na cidade, sendo ou não base do governo nesta casa, asseverou. Ser parte da base do governo significa contribuir com a gestão, uma forma de fazê-lo é mostrar os problemas e fazia isso em todas as sessões deste parlamento, argumentou. Informou ter apresentado um requerimento solicitando a formação de uma comissão de acompanhamento do projeto e da execução da macrodrenagem da Bacia do Mata Fome. Ali as pessoas vivem no meio da lama e do lixo e precisam usar canoa após uma chuva de cinco minutos, inteirou. Não adiantava culpar os moradores dizendo que ocuparam a área de forma irregular, pois foram levados a isso por não lhes ter sido garantido o direito constitucional à moradia digna, ocuparam o leito do canal porque não tinham alternativa, sustentou. Durante este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Bieco. Posteriormente, o vereador Fábio Souza pediu Questão de Ordem solicitando a realização, no momento oportuno, de

um minuto de silêncio em homenagem póstuma à senhora Rosana Ramalho e ao senhor Afonso Reis, falecidos na semana anterior. Pelo Avante, Zeca do Barreiro assinalou que na gestão municipal anterior foi iniciada a regularização da atividade dos mototaxistas e de entidades representativas dessa categoria, o que teoricamente permitiria capacitação dos trabalhadores, a organização e melhoria do trânsito. Entretanto, algo aconteceu porque atualmente qualquer pessoa podia vestir uma camisa, pegar uma moto e fazer o transporte de passageiros ou mercadorias, sem passar pelo trâmite anteriormente exigido pela Semob aos condutores de motocicletas. Com isso, também ocorreu a desvalorização desses profissionais, aditou. Presumiu ser necessária uma grande intervenção da Semob provendo inicialmente capacitação e educação a esses trabalhadores e somente depois fazendo a fiscalização. Opinou depois que deveria ser instituído o quanto antes o Conselho Municipal de Saúde, órgão fiscalizador da saúde em nível municipal, para fazer a fiscalização das unidades de saúde e enviar relatórios ao gestor e este tivesse ciência do que estava errado. Houve mudanças no tratamento de alta complexidade e de urgência e emergência, mas era fundamental fortalecer a atenção básica, frisou. Atualmente, retomou, o município bancava mais a Estratégia Saúde da Família do que a União, pois o trabalho das equipes incompletas é arcado por verbas municipais. Tratava-se de falta de gestão por parte do Departamento de Ações em Saúde – Deas da Secretaria Municipal de Saúde - Sesma, afiançou, pois as equipes deveriam ser completadas e credenciadas, de modo a receber recursos federais, transferindo-se para isso servidores de equipes descredenciadas. Entretanto, prosseguiu, o diretor do Deas, Vítor Nina de Lima, não se mostrava acessível ao diálogo e não ouvia as advertências a esse respeito que lhe eram feitas. Finalizou seu pronunciamento pedindo às comissões permanentes da Casa maior mobilização, inclusive a Comissão de Saúde, da qual fazia parte, e firmando sua disposição em contribuir com a gestão municipal e com o povo de Belém. Pela liderança do PSOL, Enfermeira Nazaré Lima comentou ser hoje celebrado o Dia de Luta e Resistência dos Povos Indígenas, vitimados de forma contumaz por massacres e invasão de suas terras. Fazendo menção ao Dia Internacional de Luta pela Terra, comemorado em 17 de abril, relembrou que a data foi instituída em alusão ao massacre de trabalhadores rurais sem-terra ocorrido em Eldorado dos Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996. Em 13 de abril passado, continuou, garimpeiros invadiram o território indígena Xipaya, no Pará. Nosso estado lidera o *ranking* nacional de invasão de terras e de massacres, participou, lembrando os assassinatos de José Gomes, conhecido como Zé do Lago, de sua esposa e de sua filha adolescente, chacina ocorrida em São Félix do Xingu no início deste ano. A motivação para todos esses crimes e tragédias é a disputa pela terra em um estado grande e rico, envolvendo latifundiários, garimpeiros e pecuaristas, discorreu. É difícil supervisionar e fiscalizar a ação de garimpos e madeireiras em um território tão extenso como o do Pará, anuiu, parabenizando a ação policial que apreendeu a balsa a ser utilizada na garimpagem no território Xipaya. Realizou sua dissertação de mestrado a partir de uma pesquisa feita em São Luiz do Tapajós, avaliando a contaminação das águas pelo mercúrio e verificando a contaminação dos peixes por esse metal pesado, relatou. Comprovaram então a presença de mercúrio nos cabelos dos moradores daquela comunidade, atualmente ameaçada de extinção devido à construção da barragem para a usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós. É necessário combater a ação destruidora dos garimpos, evidenciou, aludindo à contaminação por mercúrio detectada em Alter do Chão, em Santarém, uma das praias mais bonitas do mundo. Os responsáveis pela garimpagem indiscriminada devem ser punidos de forma exemplar de modo a inibir a continuidade dessa ação predatória, alvitrou, destacando que pouco fica para o Pará, pois a riqueza extraída sai ilegalmente do estado. Saudou os povos originários e sua resistência, pregando o combate à invasão de suas terras e à destruição da natureza. Pela liderança do bloco DEM – Patriota – Cidadania, Matheus Cavalcante assentiu que fazer parte da base governista significa contribuir com a gestão, mas sem esquecer os problemas enfrentados na cidade. Durante a campanha eleitoral, exprimiu, conversara com as pessoas e dera-lhes esperança dizendo que, chegando a este parlamento, cobraria, fiscalizaria e lutaria pela população de Belém. Atuando pela Oposição, ponderou, seu papel não é perseguir, nem fazer ataques pessoais, mas fiscalizar, cobrar e denunciar o que estivesse errado na gestão municipal. As diferenças são naturais e fazem parte da democracia, reputou, mas todos neste parlamento atuam para melhorar a vida das pessoas através da política. Criticou posteriormente o desempenho do secretário municipal de Saúde, Maurício Bezerra, mencionando que o HPSM Mário Pinotti, o Hospital Dom Vicente Zico e algumas Unidades de Pronto Atendimento estavam funcionando com atendimento reduzido a 30% da capacidade total devido a uma greve dos médicos. Reprovou a limitação do número de plantões médicos estabelecida pela Sesma, conjecturando que isso levaria à diminuição do contingente de médicos nas unidades de saúde do município, gerando filas cada vez maiores nas urgências e emergências. Pela liderança do governo, Igor Andrade inferiu que, devido à ação conjunta da PMB e do governo estadual, atualmente nos bairros de Canudos, Marco, Terra Firme e Guamá ocorrem muito menos alagamentos, mesmo com as fortes chuvas que atingiam nossa capital. Não foi

um processo fácil, acedeu, pois a macrodrenagem da Bacia do Tucunduba foi iniciada ainda na primeira gestão de Edmilson Rodrigues. Após isso, sucederam-se gestores no município e no estado, alguns tentaram levar adiante o empreendimento e outros não, mas todos conviveram com as ocupações irregulares dos canais de Belém, historiou. A água não fluía nos canais ocupados, mas as moradias foram retiradas, o trabalho avançou e hoje colhemos os frutos desses esforços, complementou. Infelizmente, o descarte irregular do lixo urbano e de entulho continuava a ocorrer, constituindo um problema gravíssimo a ser combatido em nossa cidade, alertou, preconizando investimentos em educação para aumentar a consciência ambiental da população. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Bieco solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se então um minuto de silêncio em homenagem póstuma à senhora Rosana Ramalho e ao senhor Afonso Reis, atendendo à solicitação do vereador Fábio Souza. Em seguida, assumiu a presidência da Mesa o vereador Augusto Santos. Foi feita depois a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da sessão e a vereadora Enfermeira Nazaré Lima pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e do interstício aos projetos correspondentes. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Passou-se posteriormente à leitura do requerimento do vereador Miguel Rodrigues solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal O Liberal, caderno Atualidades, página 09, intitulada “Médica e pesquisadora paraense está entre os cientistas mais influentes do mundo”. Fez o encaminhamento o vereador Miguel Rodrigues, reassumindo neste íterim a presidência da Mesa o vereador Bieco. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Procedeu-se a seguir à leitura do requerimento do vereador Allan Pombo solicitando a realização de uma sessão especial para celebrar o centenário de Leonel Brizola. Fez o encaminhamento o vereador Allan Pombo. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Fez-se depois a leitura do requerimento da vereadora Enfermeira Nazaré Lima solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal Diário do Pará, edição de 18/04/2022, intitulada “Praias do Mosqueiro tiveram grande movimento neste domingo”. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificou seu voto a vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Em seguida, a vereadora Lívia Duarte pediu Questão de Ordem e fez o registro da presença dos representantes do Sindicato dos Mototaxistas de Belém, que acompanhavam a sessão e pleiteavam uma reunião com o presidente da CMB, vereador Zeca Pirão. O presidente Bieco deu as boas-vindas aos representantes, desejando que logo obtivessem seu intento. Posteriormente, justificaram seus votos os vereadores Miguel Rodrigues e Allan Pombo. Fez-se a seguir a leitura do requerimento do vereador Juá Belém solicitando a realização de uma sessão especial, em 20 de maio vindouro, às nove horas da manhã, para homenagear os pedagogos pelo seu dia, comemorado nacionalmente em 20 de maio. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificaram seus votos os vereadores Juá Belém e Miguel Rodrigues. Passou-se depois à leitura do requerimento da vereadora Lívia Duarte solicitando a realização de uma sessão especial para celebrar os 26 anos da Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira - Funbosque, em data a combinar, preferencialmente em 26 de abril corrente. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificaram seus votos a vereadora Lívia Duarte e o vereador Fernando Carneiro. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, teve início a Segunda Parte da Ordem do Dia. Entrou então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que “Institui a Semana de Reconhecimento aos Trabalhadores da Saúde”, constante no Processo nº 2023/2021, de autoria da vereadora Pastora Salete. O presidente comunicou a seus pares a Questão de Ordem da vereadora Pastora Salete solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco, de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Na discussão, não houve oradores. Fez-se depois a leitura do projeto. Postos em seguida em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que “Institui a Semana de Reconhecimento aos Trabalhadores da Saúde”, constante no Processo nº 2023/2021. Justificaram seus votos os vereadores Pastora Salete, Miguel Rodrigues, Enfermeira Nazaré Lima, Juá Belém, Roni Gás e Lívia Duarte. Posteriormente, o presidente Bieco encerrou a sessão, às onze horas e três minutos. Estavam licenciados os vereadores Fabrício Gama e Mauro Freitas. Justificaram suas ausências os vereadores Altair Brandão, Amaury da APPD, Renan Normando, Pablo Farah e Zeca Pirão. Estiveram presentes os vereadores: Matheus Cavalcante, Pastora Salete e Josias Higino, pelo bloco DEM – Patriota – Cidadania; Emerson Sampaio, Miguel Rodrigues, Roni Gás e Túlio Neves, pelo bloco PP – Podemos – Pros; John Wayne e Neném Albuquerque, pelo MDB; Augusto Santos, Juá Belém e Goleiro Vinícius, pelo Republicanos; Lívia Duarte, Enfermeira Nazaré Lima e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Bieco, pelo PL; Fábio Souza, pelo PSB; Bia Caminha, pelo PT; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Lulu das Comunidades,

pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante; Pablo Farah, sem partido. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 19 de abril de 2022.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário